



Artigo original

ORDENAMENTO LINGUÍSTICO E CONCEPÇÃO DE CATEGORIAS LINGUÍSTICAS: o caso das línguas bantu no sul de Moçambique

Gregório Firmino

Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Moçambique

RESUMO: A conquista e administração de territórios coloniais, na sequência da Conferência de Berlim, impôs necessidades de gestão, o que pressupôs o estabelecimento de uma certa ordem e conseqüente concepção de categorias para a apreensão da realidade dos referidos espaços territoriais. Neste sentido, diversos actores coloniais (missionários, administradores, exploradores, aventureiros, etc.) procuraram apreender a realidade social dos territórios coloniais, projectando uma ordem social, através da qual se dava uma configuração aos espaços coloniais. Um exemplo disso é a ordem social criada com a definição de categorias (etno)-linguísticas. O artigo tem o objectivo de rever o processo de ordenamento linguístico em Moçambique, tendo em conta a (re)criação de categorias (etno)-linguísticas, com especial incidência na região sul do país. Para o efeito, recorre-se a uma junção de pesquisas documental e bibliográfica. Partindo de abordagens precursoras de missionários e académicos, ou apelando a trabalhos recentes de estudiosos nacionais, serão apresentados elementos que revelam o processo de mapeamento das línguas autóctones, comumente reconhecidas no sul do país. Este processo começa pelas caracterizações e classificações iniciais, feitas pelos primeiros colonizadores europeus, principalmente missionários, que identificaram e configuraram línguas para uso no processo de evangelização. Com a ocupação colonial e sofisticação do instrumental epistemológico, a que se associa o proselitismo religioso, intensificou-se o trabalho de categorização e mapeamento linguístico, a medida que as categorias linguísticas, como representações da paisagem linguística, foram concebidas e consolidadas. No artigo aponta-se que estas construções linguísticas ainda têm impacto no ordenamento das sociedades actuais, como se demonstra com o caso do sul de Moçambique.

Palavras-chave: Categorização, ordenamento, línguas, Moçambique.

LINGUISTIC ORDERING AND THE CONCEPTION OF LANGUAGE CATEGORIES: the case of Bantu languages in southern Mozambique

ABSTRACT: The conquest and administration of colonial territories, in the aftermath of the Berlin Conference, imposed management needs, which implied the establishment of a certain order and the consequent making up of categories to capture their realities. In this regard, different colonial agents (missionaries, administrators, explorers, adventurers, etc.) sought to apprehend the social realities of the colonial territories by projecting a certain social order, through which a profile was given to the colonial space. An example is the social ordering created by the definition of ethnolinguistic categories. The objective of this article is to revisit the process of linguistic ordering in Mozambique, taking into account the (re)creation of (ethno)linguistic categories, focusing on the southern region of the country. For this purpose, the study resorted to documentary and bibliographic research. Starting from pioneering approaches from missionaries and academics, or resorting to more recent work by national scholars, the article will present an overview of the mapping process of autochthonous languages, usually recognized in the south of the country. The process starts with the initial descriptions and classifications, undertaken by the first European colonizers, mainly missionaries, who identified and concocted languages for evangelization. With colonial occupation and sophistication of epistemological tools and religious proselytism, work on language categorization and mapping intensified, and language categories as representations of the language landscape were devised and consolidated. It is argued that these language constructions still have an impact on the ordering of current societies, as shown by the case of southern Mozambique.

Keywords: Categorization, ordering, languages, Mozambique.

Correspondência para: (correspondence to:) gregoriofirmino@gmail.com

INTRODUÇÃO

Reconhece-se que África é um continente com uma diversidade de línguas, geralmente agrupadas em várias categorias, nomeadamente, afro-asiáticas (corno de África e norte de África), nigero-congolesas, que inclui o grupo das línguas bantu (quase toda a África sub-sahariana), khoisan (sudoeste de África) e nilo-saharianas (entre Tanzânia e Sudão e entre Chade e Mali), austronésias (Madagáscar), indo-europeias (Afrikaans, no sul de África, crioulo, e línguas ex-coloniais) (cf. HEINE; NURSE, 2000, p. 1).

As línguas bantu cobrem quase toda a África sub-sahariana, incluindo Moçambique, onde todas as línguas consideradas autóctones, pertencem a este grupo. Apesar da sua similaridade, estas línguas apresentam peculiaridades distintas, que, muitas vezes, se correlacionam com distinções sociais, ou seja, o que se pode designar por grupos étnicos. De facto, como acontece muitas vezes, estas línguas, na forma como são concebidas, acabam tendo influência na construção, invenção e criação de identidades étnicas, que, actualmente, têm implicações na imaginação e vivência das nações-estado em África, já que muitos países africanos, tal como Moçambique, são caracterizados por uma diversidade etnolinguística (LYNCH, 2018).

A enumeração destas línguas que compõem o mosaico linguístico que caracteriza os vários países africanos, bem como, sobretudo, a conceptualização e o reconhecimento da sua existência, levantam questões relevantes sobre a natureza desta diversidade (etno)linguística (Quais são? Como são? Como são nomeadas? Por quem são nomeadas? Como e por quem são descritas, com que olhar?). De facto, estas questões estão no cerne da imposição do poder colonial, com repercussões no período pós-colonial, uma vez que no seu esforço de controlar os territórios colonizados, os ocidentais desenvolveram

estratégias para a interpretação da situação colonial, de que resultaram processos de categorização e hierarquização dentro da relação entre colonizadores e colonizados. Uma das estratégias fundamentais foi o estabelecimento de uma ordem linguística a que estavam subjacentes representações linguísticas (GILMOUR, 2006, p. 2-3) que impuseram ideologias linguísticas (ou seja, atitudes e opiniões sobre as línguas e seus falantes, hierarquização social, bem como sobre formas de falar adequadamente, incentivando-se certas práticas linguísticas). Estudos coloniais, efectuados por viajantes, exploradores, marinheiros, autoridades coloniais, etnógrafos, antropólogos, filólogos, etc. produziram estas representações linguísticas, através de gramáticas, dicionários, listas de palavras, livros de leitura, tratados filológicos, literatura litúrgica, etc. que legitimaram a conceptualização e categorização das formas linguísticas presentes no espaço colonial. Ou seja, as representações linguísticas foram uma forma de dar sentido, sob um olhar europeu, a realidade encontrada em África, com criação/invenção de categorias linguísticas, seguindo uma visão epistémica ocidental. É assim que se pode argumentar que: "... o estudo de línguas e a perseguição da classificação de línguas eram parte e parcela de tentativas de 'dar sentido' a África, através do mapeamento de categorias homogéneas no que parecia aos Ocidentais ser realidades africanas confusamente heterogéneas"¹ (GILMOUR, 2006, p. 12, tradução para português do autor).

Esta prática de recurso a uma visão epistémica ocidental para interpretar a realidade colonial foi comum em diversos contextos de colonização. Severo (2016, p. 11-12), descreve uma situação similar, ao apontar que também houve um processo de discursivização das línguas americanas, partindo-se de uma matriz de poder central na lógica da modernidade/colonialidade, de que resultou o enquadramento dos povos e línguas numa chave de interpretação

colonial, cujos efeitos ainda perduram na actualidade. Trata-se de um argumento que caracteriza um aspecto central da crítica à chamada *Linguística Colonial* (ERRINGTON, 2001; GILMOUR, 2006; IRVINE, 2008), que defende que línguas e povos coloniais não foram descobertos, mas inventados (SEVERO, 2016, p. 11). Makoni e Pennycook (2007, p. 9) ilustra esta situação, com o trabalho de Sir George Abraham Grierson, no âmbito de uma pesquisa linguística na Índia colonial:

Um problema central de Grierson, como para tantos outros linguistas, era decidir sobre fronteiras que definem línguas e dialectos. Os dialectos tendiam a ser considerados como formas faladas e as línguas recebiam um status especial de acordo com outros critérios como similaridades regionais, famílias linguísticas ou formas literárias. Um dos problemas disto é que enquanto as pessoas tinham termos para os seus “dialectos” ou pelo menos termos para designar os dialectos de outras pessoas (sendo que os seus próprios seriam apenas considerados em relação à forma como falavam) – eles não tinham termos para as construções mais amplas, as “línguas”² (MAKONI e PENNYCOOK, 2007, p. 9, tradução para português do autor)

Deste modo, pode-se aventar que a configuração da diversidade etnolinguística nos países africanos (assim como em outras situações de (pós-)colonização), resulta da influência de uma visão epistémica colonial do Norte. Neste âmbito, este artigo procura descrever o processo histórico de representação de línguas em Moçambique, de que resultou a construção de categorias linguísticas em Moçambique (correlativamente, categorias etnolinguísticas).

Por categorização linguística entender-se-á não só a conceptualização e/ou designação da unidade linguística, mas também a identificação e/ou reconhecimento social do papel que lhe é socialmente atribuído. Descartando uma perspectiva essencialista

e primordialista das categorias sociais (cf. GEERTZ, 1973, p. 259; VITALI, 2019, p. 151), procurar-se-á evidenciar o carácter historicamente contingencial das concepções das unidades linguísticas (correlativamente, das unidades etnolinguísticas), que têm a sua génese numa visão epistémica eurocêntrica. Mostrar-se-á também que estas categorias acabam sendo naturalizadas, ao ponto de serem um elemento estruturante das sociedades sob colonização, com repercussões no contexto pós-colonial.

Tendo em conta o seu objectivo, depois da apresentação da abordagem metodológica, que assenta na pesquisa documental e bibliográfica, o artigo procura mostrar como se produziu o conhecimento das línguas bantu por estudiosos e curiosos europeus, ao que se seguirá uma discussão do caso de Moçambique, focalizando nos grupos etnolinguísticos que têm sido reconhecidos, bem como no impacto da etnicidade no momento actual. O foco da discussão será a zona sul de Moçambique. O artigo encerra com notas conclusivas, que sumarizam a discussão nele desenvolvida.

METODOLOGIA

Metodologicamente, o estudo resulta de uma combinação de pesquisas documental e bibliográfico (cf. GIL, 2008, p. 50-51; FORTIN, 2009, p. 85-111). Assim, o artigo é uma reflexão baseada em dados recolhidos em material documental que atesta o trabalho de descrição do panorama linguístico africano, realizado desde os primórdios da presença europeia em África, no século XV. Parte substancial dos dados foi recolhida em Herbert (1993), que junta vários artigos seminais de estudiosos clássicos (por exemplo, C. M. Doke ou D. T. Cole), com informação referente às descrições e ontologização de categorias linguísticas e ao conseqüente ordenamento linguístico. Para o entendimento da situação etnolinguística de Moçambique foram igualmente consultados vários estudos (cf. FIRMINO, 2002, p. 77-114; HARRIES,

2007, p. 175-204; RITA-FERREIRA, 1959; RITA-FERREIRA, 1973; RITA-FERREIRA, 1975) e documentos, como os relatórios dos recenseamentos (cf. FIRMINO, 2000; CHIMBUTANE, 2007; INE, 2019), relatórios dos seminários sobre a padronização da ortografia das línguas moçambicanas (cf. NELIMO, 1989; SITO E NGUNGA, 2000; NGUNGA e FAQUIR, 2012), ou atlas linguísticos (DIRECÇÃO DO SERVIÇOS DE AGRIMENSURA, 1960, p. 26; NELIMO, 1989, p. 8), que forneceram dados sobre ordenamento linguístico e concepção de categorias linguísticas no país.

A motivação do estudo adveio da nossa familiarização com um discurso de desconstrução das perspectivas gnosiológicas, epistemológicas e hermenêuticas eurocêntricas que idealizaram o Sul/Outro, representado por estudos influentes como Mudimbe (1988) ou Said (1990), que criticam, respectivamente, as imagens de África e do Oriente construídas por europeus. Esta corrente de pensamento foi influente nas ciências sociais e humanidades, incluindo a Linguística, o que levou ao surgimento, dentro desta área de conhecimento, de contribuições que alertaram para o trabalho de representação linguística realizado no contexto colonial, de que resultou a legitimação do poder colonial e a manufatura de identidades de povos sob ou em oposição aos poderes coloniais. Dada a relevância teórico-conceitual desta linha de contribuições, na preparação deste artigo foi empreendida uma pesquisa bibliográfica que permitiu a consulta de livros e artigos científicos, com foco na crítica à chamada Linguística Colonial (ERRINGTON, 2001), de onde foi possível recolher subsídios para dar o devido enquadramento teórico à análise dos dados. Neste âmbito, foram considerados com particular atenção alguns estudos com foco na África Austral, como são os casos de Harries (1988), Harries (2007) e Gilmour (2006), assim como outros que

proporcionaram uma visão comparativa, por incidirem em outras regiões, mas com uma abordagem similar, como por exemplo, Severo (2016), com foco no Brasil, ou Errington (2007), com foco na Indonésia.

RESULTADOS

Conhecimento das Línguas Bantu no Mundo Europeu

Os primeiros estudos significativos das línguas bantu realizados por europeus ocorrem a partir do século XVII e terão sido efectuados por missionários, na sequência das suas missões de evangelização (DOKE, 1993). De facto, assiste-se à publicação de várias obras em/ou sobre as línguas bantu, que incluem literatura religiosa e trabalhos de descrição linguística, como é o caso da tradução para “kongo” da *Doutrina Christã*, um catecismo para uso de crianças, impresso em Lisboa, em 1624, ou da obra *Gentio de Angola*, um livro de catecismo em ndongo ou kimbundu, publicado em Lisboa, em 1643. Durante este período, destaca-se o trabalho do Frei Giacinto Brusciotto de Vetralla, que produziu muitas obras, entre gramáticas e dicionários, para além de material religioso. Deve-se a Brusciotto, a primeira gramática de uma língua bantu, escrita em latim, o *Regulae quaedam pro difficillimi congensium idiomatis faciliiori captu ad grammaticae norma redactae* [Regras para a mais fácil inteligência do difficil idioma do Congo, reduzidas à forma de grammatica por Fr. Jacintho Brusciotto].

No este de África, ou seja, em partes do actual território de Moçambique, também houve um trabalho pioneiro de descrição das línguas locais, nas regiões onde os portugueses se tinham estabelecido, como indica a seguinte citação: “ por volta do terceiro quarto do século XVII, já tinha começado o trabalho sobre os vernáculos do Baixo Zambeze, onde os Portugueses se tinham estabelecido por um período considerável. Os assentamentos de Sena e Tete sobre o rio, [...] exigiam a presença de

um padre para sua pregação e, por necessidade, dirigiram a sua atenção para as línguas bantu lá existentes”³ (DOKE, 1993, p. 119, tradução para português do autor).

Nas obras produzidas neste período, nota-se já um trabalho de ordenamento, quer pela tentativa de nomeação individualizadora (por exemplo, uso de nomes individualizantes como ndongo, kimbundu, língua bunda, língua do Kongo, sena)⁴ ou ainda pela hierarquização no seu uso (claramente, as línguas africanas são subsidiárias e subalternas em relação a uma língua europeia -português ou latim -, como se pode deduzir do facto de serem usadas como tradução a partir de português ou latim ou de serem analisadas a partir de modelos europeus classicistas, centrados no grego ou latim).

As várias publicações eram motivadas pelo propósito de evangelização, que requeria o recurso às línguas dos grupos-alvo, para facilitar o trabalho missionário. Contudo, no processo de preparação de material litúrgico acabava-se legitimando uma certa configuração linguística, na qual algumas línguas ganhavam proeminência e se comparavam a línguas exógenas coloniais, mas numa posição de subalternidade, como já foi referido anteriormente. As outras línguas, aquelas que não ganhavam proeminência para o trabalho missionário, eram invisíveis ao olhar europeu, não sendo, portanto, objecto de tratamento. As línguas que ganhavam proeminência, como o caso de “kimbundu”, “kongo”, “sena” ou “nyungwe”, sob a manipulação de missionários, eram objecto de descrição gramatical, ortografização, dicionarização, para além de adquirir o estatuto de veículos de conteúdos religiosos. Assim, as línguas que, por factores contingenciais, ficaram na rota da acção missionária (que muitas vezes, coincidia com os interesses económicos), acabavam por se distinguir das demais.

A partir do século XIX, há uma nova abordagem no estudo das línguas bantu, que

passa a ter um cunho mais científico, contando já com investigadores associados a centros académicos, embora muitos proviessem de instituições religiosas. Há um clima propício para esta abordagem com o surgimento, sob a influência de estudiosos como William Jones, Friedrich von Schlegel ou August Von Schleicher, de uma perspectiva comparativa nos estudos linguísticos europeus (MOUNIN, 1970), principalmente na Alemanha e Inglaterra, e com a consolidação da ocupação colonial em África, o que exigia o conhecimento dos territórios e dos povos dominados. Assim, há o registo de vários estudos efectuados nas regiões onde as potências imperialistas mantinham interesses ocupacionais. São estudos que, transpondo para realidade linguística de África procedimentos heurísticos desenhados para tratar das línguas europeias, buscavam, essencialmente, detectar semelhanças e diferenças entre diferentes formas linguísticas, de modo a se individualizar unidades linguísticas e, conseqüentemente, proceder-se à sua classificação. Referindo-se à zona da África Austral, onde várias potências coloniais se digladiavam, em 1808, Heinrich Lichtenstein no seu artigo intitulado “*Bemerkungen uber die Sprachen der Sudafricanischen wilden Volkerstamme* [Observações sobre as línguas dos povos nativos da África Austral]” apontava que “os habitantes da África Austral podem ser divididos em duas raças principais viz. Os Hotentotes e os Kaffirs”⁵ e que “todos os tipos linguísticos dos aborígenes da África Austral devem ser classificados como dialectos de uma ou outra destas duas classes principais”⁶ (DOKE, 1993, p. 72, tradução para português do autor).

Numa outra publicação *Travels in Southern Africa* [Viagens pela África Austral], Heinrich Lichtenstein postulava que línguas desta região eram dialectos de uma mesma língua (DOKE, 1993, p. 72). De facto, todos os renomados estudiosos da época chegaram a conclusões similares, que apontavam para similaridades entre línguas

faladas desde África Austral até o Congo ou as Ilhas Comores (DOKE, 1993, p. 73-75).

A multiplicação de estudos e a consolidação do método histórico-comparativo, que passa a ser dominante na Linguística Europeia e é adoptado por muitos africanistas europeus, trouxe um novo ímpeto aos estudos linguísticos sobre África, que se traduziu numa visão mais ampla da situação das línguas africanas, cujo impacto ainda é notório actualmente. Tal é o caso de trabalhos de W. H. I. Bleek, ilustrado pela sua *magnum opus*, *A comparative grammar of South African languages* [Gramática comparativa das línguas da África Austral], publicada inicialmente em 1862, em que esboça uma classificação das línguas da África Austral em dois tipos (“*South African division of the sex-denoting languages*” vs. “*South African division of the Bantu family*”), e faz uma descrição gramatical das línguas bantu, compondo as classes nominais em 18 categorias, separando o singular do plural, analisando aspectos fonológicos e propondo uma etimologia bantu. A cunhagem e uso do termo *bantu* deve-se a W. Bleek, que, assim, contribui para a naturalização de uma categoria linguística e, por extensão, uma categoria social, construída por estudiosos de origem europeia, para fazer referência a um conjunto de línguas (e povos), que, na perspectiva epistemológica europeia, apresentavam semelhanças que legitimavam o seu agrupamento. Como, certamente, esta conceptualização era exógena e, por isso, não havia uma palavra local para fazer referência a esta realidade concebida pelos estudiosos europeus, “inventou-se” a palavra *bantu*, a partir da constatação de que todas as línguas do grupo continham uma palavra similar para designar *pessoas*⁷.

A linguística histórica-comparativa, tal como era concebida na Europa, propunha a comparação de línguas, tendo como objectivo a descoberta de afinidades nas estruturas linguísticas e lexicais e, por via

disso, a postulação de famílias de línguas (filos), com origens linguísticas comuns, as proto-línguas. As proto-línguas possibilitavam uma base para o trabalho linguístico comparativo. Esta perspectiva científica foi replicada em África, tal como demonstra o trabalho de Carl Meinhof, que em *Grundriss einer lautlehre der bantusprachen* [Fundamentos da fonética das línguas bantu], de 1899, reconstruiu o ur-bantu, uma hipotética língua ancestral, de onde as línguas bantu teriam originado. O título *Comparative bantu: An introduction to the comparative linguistics and prehistory of the Bantu languages* (GUTHRIE, 1967-71), deve ser a obra mais conhecida que apresenta uma análise histórico-comparativa das línguas bantu. Para além de descrever o proto-bantu, através de hipotéticos radicais de palavras na suposta língua ancestral, empreende uma classificação das línguas bantu, que tem sido assumida como padrão de referência nos meios científicos, ou seja, a matriz em que se ordena a diversidade linguística em África e, conseqüentemente, se postulam as categorias linguísticas. Trata-se da expressão de uma visão ética em que as línguas são criadas com base em critérios científicos que subvalorizam perspectivas locais, émicas. Como exemplo, veja-se as categorias postuladas por Guthrie (1967-71) para a região de Moçambique:

- i. ZONA G:⁸, com o grupo linguístico G. 40, composto pelo swahili⁹;
- ii. ZONA P, com os grupos P.20 (Yao), composto pelas línguas yao (P. 21), makonde (P. 23)¹⁰, mabiha/mavia (P. 25) e o grupo linguístico P. 30 (makua), com as línguas makua (P. 31), lomwe (P. 32), ngulu/ W. makua (P33) cuabo/ cuambo (P. 34);
- iii. ZONA N, com o grupo linguístico N. 30 (Nyanja), com as línguas nyanja (N. 31a), cewa (N. 31 b), mananja (N. 31c) e o grupo

linguístico N. 40 (Senga-Sena), composto pelas línguas nsenga (N. 41)¹¹ kunda (N. 42), nyungwe (N. 43), sena (N. 44), ruwe (N. 45), podzo (N. 46);

- iv. ZONA S, com o grupo linguístico S. 10 (Família Shona), com as línguas korekore (S. 11), zezuru (S. 12)¹², manyika (S. 13a), tebe (S. 13b), ndau (S. 15), o grupo linguístico S. 50 (Tswa-Ronga), com as línguas tswa (S. 51), gwamba (S. 52), tsonga (S. 53), ronga (S. 54) e o grupo linguístico S. 60 (Chopi), de que fazem parte as línguas chopi/lenge (S. 61) e tonga/shengwe (S. 62).

Apesar do notório eurocentrismo nos estudos sobre as línguas, o intenso trabalho de investigação realizado na África Austral permitiu o desenvolvimento de novas abordagens que se adaptavam às peculiaridades das línguas bantu. Por exemplo, o chamado “*dokean model*” é um padrão de análise destas línguas, proposto por Clement M. Doke, em resultado da constatação de que as suas estruturas gramaticais eram diferentes, relativamente às das línguas europeias. De facto, o uso do método histórico-comparativo conduziu ao desenvolvimento de técnicas específicas de análise e descrição das línguas bantu, como forma de fazer face às peculiaridades destas línguas (COLE, 1960, p. 228).

A herança classificatória oriunda do método histórico-comparativo ainda perdura, sendo, talvez, dominante a proposta de M. GUTHRIE, apesar de algumas contestações ou ajustamentos (cf. MAHO, 2001; GREENBERG, 1966). Contudo, Maho (2001, p. 47) avisa que

Qualquer actualização da classificação de Guthrie arrisca-se a ser um trabalho meio-terminado. Há muitas regiões da área Bantu onde os dados ainda estão em falta para se ter afirmações apropriadas sobre a demografia linguística, de tal modo que qualquer revisão com validade

linguístico-genética, como as de Tervuren ou SIL, ou qualquer actualização referencial, como a que é aqui proposta, muito certamente será revista ou actualizada no futuro¹³ (MAHO, 2001, p. 47 - tradução para português do autor).

Quer parecer que a “imperfeição” das classificações não é consequência da ausência de dados, mas de factores histórico-contingenciais que vão orientando a invenção das línguas. Por exemplo, a crença na ideia de que a palavra do Evangelho deve ser conhecida na língua que cada um fala, leva, certamente, a multiplicação de línguas, à medida que dialectos são inventados, identificados e reconhecidos. Portanto, a listagem das línguas não pode ser definitiva. O caso do *Ethnologue* (GRIMES, 1996), da SIL, que é revisto periodicamente, é esclarecedor.

Caso de Moçambique

Grupos etnolinguísticos

Tal como em outras regiões de África, as descrições das línguas de Moçambique decorrem da penetração europeia e dos seus interesses político-económicos e religiosos. Como foi referido anteriormente, já no século XVII há registos de estudos de línguas nas regiões onde os portugueses mantinham presença, ou seja, no Baixo Zambeze. Mas terá sido depois da partilha de África, em Berlim, e da imposição da ordem colonial que há um incremento assinalável de estudos linguísticos, principalmente sob a responsabilidade de missionários, empenhados no proselitismo religioso.

Depois da conferência de Berlim onde se definiram as regras da repartição dos territórios coloniais, Portugal enceta acções de ocupação e exploração das colónias, com as quais, gradualmente, se foi fixando a configuração actual do território de Moçambique. A zona sul, dada a proximidade com a África do Sul, desenvolve uma intensa relação económica com este território, reforçada pela ligação ferroviária e pela decisão colonial de se

tornar a referida zona sul num reservatório de mão-de-obra para as minas da África do Sul (MALYN, 2018, p. 121-146). Por isso, também a capital da colônia de Moçambique é transferida da Ilha de Moçambique para a cidade de Lourenço Marques, em 1898. O facto de o sul de Moçambique ter sido constituído em reservatório de mão-de-obra, significou a integração desta região numa zona de economia capitalista, que deveria ser servida por recursos humanos devidamente condicionados. Nesse sentido, os missionários desempenharam um papel relevante, participando na transformação do cidadão autóctone num cidadão às ordens do poder colonial, ou seja, “civilizado” e evangelizado¹⁴.

Não é, portanto, surpreendente que o território de Moçambique tenha despertado o interesse de missionários, baseados na África do Sul, e será na zona sul onde a sua actividade se intensificará, muitas vezes, através de mineiros que trabalhavam na África do Sul. Consequentemente, grande parte dos estudos sobre comunidades de Moçambique se concentram na região sul e foram realizados por missionários protestantes. Os resultados do seu trabalho são similares aos obtidos em outras regiões. Familiarizados e/ou treinados com os pressupostos epistemológicos que orientavam estudos linguísticos na época, nomeadamente, o método histórico-comparativo, caracterizaram o ambiente linguístico no qual tinham que actuar, acabando criando categorias linguísticas, que, eventualmente, se naturalizaram e ainda hoje têm repercussões na imaginação da diversidade etnolinguística de Moçambique. De facto, embora dominassem procedimentos científicos decorrentes do método histórico-comparativo, interesses locais, relacionados com proselitismo religioso (por exemplo, a competição por almas a salvar), contingências histórico-sociais (por exemplo, a movimentação de pessoas em função do domínio de Sochangane e

Ngungunhane ou das guerras de ocupação) ou imperativos de gestão administrativa colonial (por exemplo, a instalação da capital em Lourenço Marques ou definição de políticas de gestão do cidadão autóctone) foram ditando o mapeamento etnolinguístico. Assim, na sequência do trabalho de “missionários-linguistas”, grupos etnolinguísticos são “identificados” e as respectivas línguas codificadas e padronizadas, como é o caso de¹⁵:

- i. ronga/sironga/xironga (JUNOD, 1896; BERTHOUD, 1920; JUNOD, 1903);
- ii. tsonga/xichangana (JUNOD, 1907; JUNOD, 1929; BERTHOUD, 1908);
- iii. tswa/xitswa (PERSSON, 1928; PERSSON, 1932);
- iv. tchopi/chopi/chope (JUNOD, 1927; JUNOD, 1931);
- v. valenge/xilenge/tchopi/tsopi/chopi/chope (SMYTH, 1902; EARTHY, 1923; JUNOD, 1927; EARTHY, 1953);
- vi. gitonga (LANHAM, 1955; SMYTH, 1913; van WARMELO, 1931);
- vii. ndau/vandau (EARTHY, 1930; JUNOD H. P., 1936; EARTHY, 1931);
- viii. tonga (JUNOD, 1936);
- ix. tavana (JUNOD, 1936);
- x. sena (MOREIRA, 1924; TORREND, 1900; JUNOD, 1936);
- xi. podzo (JUNOD, 1936);
- xii. chi-nyungwe/tettense/chi-nyai (COURTOIS, 1900; von der MOHL, 1904);
- xiii. nyanja (KAMTEDZA, et al., 1964; MISSIONÁRIOS DA COMPANHIA DE JESUS, 1964);

- xiv. makua/chi-makua (MAPLES, 1879; MAUGHAM, 1909; WOODWARD, 1923-1916);
- xv. yao (HETHERWICK, 1902);
- xvi. mawiha (HARRIES, 1940).

Munidos do seu saber científico, estes “missionários-linguistas” sentiam-se habilitados para fazer o tratamento das línguas, às vezes com a pretensão de serem eles próprios os que faziam com que os falantes nativos as descobrissem, como se pode notar na seguinte afirmação de A. A. Jaques, num estudo sobre ideofones em tsonga: “a maioria dos seguintes ideofones foram colectados na Instituição de Formação de Lemana por estudantes tsongas do terceiro ano, em 1939. A base deste trabalho deve-se, portanto, ao esforço colectivo de homens e mulheres jovens nativos que, pela primeira vez, descobriram com interesse e surpresa algo da riqueza da sua própria língua”¹⁶ (JAQUES, 1941, p. 205, tradução para português do autor)¹⁷.

Nos estudos da época sobre as línguas bantu, a maior contribuição foi de estudiosos alemães e ingleses, devido aos seus interesses nesta região. A contribuição de outras potências coloniais, como a França, é escassa (HASHA, 1985). Muito posteriormente, também houve o envolvimento de estudiosos portugueses, muitos associados a instituições religiosas, como, por exemplo, (RIBEIRO, 1965), (SANTOS L. F., 1941), (PRATA, 1960), (BALACÓ, 1906), (MARTINS, 1991), ou (JESUS, 1963) ou organismos governamentais, como, por exemplo, (RITA-FERREIRA, 1959), (RITA-FERREIRA, 1973), (RITA-FERREIRA, 1975), (QUINTÃO, 1951), ou (KAMTEDZA, 1964). Note-se, porém, que muitos destes estudiosos deram continuidade ao trabalho inicial descrito anteriormente e apoiaram-se nos alicerces estabelecidos nos estudos dos “missionários-linguistas” e dos linguistas anglófonos histórico-comparativistas, como foi o caso de Rita-Ferreira (1958), que se

apoia em C. Doke para efectuar os agrupamentos etnolinguísticos de Moçambique. Algumas vezes, estes estudiosos portugueses apresentavam pensamentos retrógrados, chegando a postulações que, na época, noutros quadrantes, estavam completamente ultrapassados. Por exemplo, quando já se tinha conjecturado o chamado “dokean model”, para melhor descrição das línguas bantu, afastando-as de modelos das línguas europeias, um estudioso português, Rodrigo de Sá Nogueira, ainda insistia na suposta origem indo-europeia, tal como as línguas europeias, das línguas bantu (NOGUEIRA, 1958, p. 6).

Em muitos casos, estes estudos são a génese do mosaico linguístico, tal como é concebido actualmente. Casos ilustrativos são os estudos de Henri Berthoud, que evangelizou imigrantes refugiados na região de Spelonken (actual Hlanganani, na província de Limpopo, África do Sul), oriundos da zona costeira, a quem imputou que falavam uma língua que designou por gwamba /shigwamba, uma das várias designações com que localmente se fazia referência a este grupo de refugiados. Conforme afirma P. Harries:

A população de Spelonken era composta por refugiados ou imigrantes empurrados para a região vindos por toda a zona sul de Moçambique. Gwamba, portanto, tornou-se uma língua veicular para pessoas cujas diferenças linguísticas reflectiam as suas origens, como Henri Berthoud salientou ‘todas as partes de Gaza e do sul’. Ele descreveu Gwamba como uma salada de frutas de hlengwes, djongas, boeres, ingleses, nwaloungous, hlavis, vendas, sothos’. Muitas das formas de fala habituais entre os refugiados em Spelonken eram muito pouco mutuamente compreensíveis¹⁸ (HARRIES, 1988, p. 33, tradução para português do autor)

A heterogeneidade do shigwamba, que, de facto, era uma junção de dialectos, que não eram necessariamente mutuamente

inteligíveis, conduzia a dificuldades no processo de evangelização, uma vez que, para além de ser uma designação conhecida apenas na zona de Spelonken, na vasta região de evangelização, que era a zona sul de Moçambique, se falava uma língua com características distintas, a que se designou por tonga, thonga ou tsonga. Assim, a designação da língua shigwamba, por decisão de Henri Berthoud, passou a ser tonga ou tsonga, por ser a mais comum nesta região.

As estações missionárias estabelecidas pela Missão Suíça (hoje Igreja Presbiteriana) tinham uma influência sobre uma região que cobria um território dos tsongas, cobrindo o sul de Moçambique, sudeste do Zimbabwe e este do então Transvaal (actuais províncias de Gauteng, Limpopo e Mpumalanga, na República da África do Sul). Supunha-se que esta região era um campo linguístico tsonga, na sequência da renomeação de uma categoria linguística inicialmente designada por gwamba ou shigwamba, pelo que as respectivas populações poderiam, na óptica dos missionários, ser evangelizadas usando-se o mesmo material litúrgico. Assim, missionários da Missão Suíça, como Henri Berthoud, empenharam-se na codificação e padronizada do tsonga, incluindo a elaboração de materiais litúrgicos baseados nesta categoria linguística, como o *buku* (bíblia e colectânea de hinos). A difusão do *buku*, associada à evangelização, obrigou a introdução de habilidades ligadas à literacia, nomeadamente, à escrita e à leitura, que se tornaram um bem simbólico importante, tal como a própria cristianização. Como afirma Harries (1988),

[...] o *buku* era um poderoso instrumento de evangelização. As pessoas ficavam impressionadas pela leitura como meio de comunicação, particularmente quando era num idioma com o qual tinham certa familiaridade. As leituras da Bíblia resultavam imediatamente em conversões para o Cristianismo. Como

único exemplar de literatura vernacular, o *buku* tinha uma grande procura por parte das pessoas que tinham adquirido, e desejavam manter, um bocadinho de literacia¹⁹ (HARRIES, 1988, p. 42, tradução para português do autor).

Por via do impacto social do *buku*, que até se torna um símbolo de ascensão social, e das habilidades que lhe eram associadas, a escrita e leitura (HARRIES 1988, p. 45)²⁰, há uma consolidação do tsonga, na versão codificada pelos missionários. Consequentemente, esta versão de tsonga é difundida pela região missionária, mesmo onde a variante quotidiana comum não era aquela em que se baseava o material litúrgico, surgindo, daí, um potencial de conflito, que poderia conduzir a reformulação das representações linguísticas. Por exemplo, para além do Rio Limpopo, há uma unidade linguística, inicialmente designada por *hlangwe* e posteriormente reclassificada como tswa (HARRIES 1988, p. 35), que se torna uma entidade autónoma. Curiosamente, é a variante que é adoptada pela Igreja Episcopal (mais tarde Igreja Metodista Unida). Mais a sul, com o estabelecimento de novas estações missionárias de Khovo (em Lourenço Marques, hoje Maputo) e de Rikatla (na região de Marracuene), em 1887-8, o uso de material baseado no tsonga é questionado, mesmo no seio da Missão Suíça. Com efeito, Henri Junod, missionário estacionado em Lourenço Marques e Rikatla, chega a alegar dificuldades para continuar a evangelizar com material baseado em tsonga, porque as populações com que lidava falavam uma língua distinta, o ronga:

Não penso que seja possível nem desejável prosseguir com um único livro, isto é, esse de shigwamba. Os dois dialectos são essencialmente diferentes que sou de opinião que a nossa missão no país dos rongas não se poderá desenvolver de uma maneira normal até que possua os seus próprios livros, livros em shironga²¹ (citado em HARRIES

1988, p. 47 - tradução para português do autor)

Após um intenso debate entre os missionários suíços, acabou por se produzir material litúrgico em ronga, promovendo-se uma cisão linguística de que resultou a emergência e legitimação de duas variantes, denominadas ronga e tsonga. Contudo, quer parecer que o problema não estava apenas na diferença linguística em si, mas na competição que se desenvolveu com outras denominações religiosas. Na região de Lourenço Marques, a Igreja Wesleyana professava em ronga e, por causa disso, conquistava mais crentes, em desfavor da Missão Suíça, que usava material em tsonga, na variante shigwamba, concebida pelos missionários. Como os crentes estranhavam este material em tsonga, preferiam aderir à Igreja Wesleyana. Com poucos crentes, Junod não poderia mostrar trabalho comparável aos colegas em Spelonken (cf. HARRIES 1988, p. 48). Daí o interesse de Junod em promover o ronga e em ter material nesta variante linguística (também numa forma codificada pelos missionários).

Como se pode notar, o processo de criação de línguas não decorria meramente dos procedimentos científicos, que até eram dominados pelos missionários-linguistas, mas, sobretudo, de contingências extralinguísticas, ligadas aos interesses estratégicos em jogo. As línguas ganhavam visibilidade não através de processos linguísticos, mas como objectos de manipulação, de acordo com os objectivos estratégicos, neste caso, relacionados com o proselitismo religioso.

Sistematizações posteriores

Classificações posteriores recriam as categorias etnolingüísticas, cuja génese está na postulação iniciada pelos “missionários-linguistas” dos séculos XIX-XX. Estas classificações dão continuidade às classificações iniciais, ao mesmo tempo que vão reconfigurando a sua versão inicial, através, *inter alia*, da (re-)delimitação

territorial, inclusão de “novas” línguas, novas descrições linguísticas, novos materiais de padronização e codificação (gramáticas, dicionários, ortografias, etc.), apresentação de uma nova perspectiva da relação inter-lingüística ou inter-dialectal, ou mesmo da proposta de uma padronização na designação das diferentes línguas. Tal se pode notar na tabela de correspondência das unidades linguísticas que têm sido propostas para o caso das línguas bantu do sul de Moçambique, seguidamente apresentada.

A Tabela 1 mostra que, embora a caracterização linguística do território apresente modificações e visões diferenciadas, a matriz inicial, tal como “construída” pelos percursores, continua visível. De facto, o que se observa é uma listagem em que se mantêm as categorias originalmente postuladas (mesmo que o nome sofra modificações), num ordenamento que acaba projectando cinco unidades linguísticas, que se subdividirão em dois blocos, nomeadamente, xitswa/xichangana/xironga e gitonga/cicopi, como é notório, por exemplo, na clássica classificação apresentada em Guthrie (1967-71). O primeiro bloco é reconhecido desde os estudos seminais como um *continuum* (etno)lingüístico (JUNOD, 1996, p. 33-53), embora, socialmente, sob o ponto de vista émico, tal continuidade e similaridade não seja um dado adquirido. Vicissitudes históricas, que associaram o xichangana ao Império de Gaza, fundado por Sochangane (daí o etnónimo *vachangana*), que dominou pelo saque, pilhagem e tributação forçada a zona sul do actual Moçambique, ocasionaram conflitos que causaram animosidade entre os vachanganas e os povos rongas e tswas, assim como, e principalmente, com os povos chope e tonga. Por outro lado, na região sul de Moçambique nunca houve uma noção de uma nação unitária, o que também propiciava um sentido de independência nos diferentes agrupamentos clânicos.

Deste modo, nota-se que a ideia de uma nação ronga, ou nação tsonga, ou ainda nação tswa, não era prevalecte (cf. JUNOD, 1996, p. 34). Eventualmente, poderia apenas haver alianças político-militares de acordo com interesses conjunturais dos diferentes agrupamentos. O segundo bloco é composto por unidades linguísticas refractárias à integração no primeiro, dada a especificidade estrutural do gitonga e do cicopi, comparativamente ao xitswa, xichangana e xironga. O facto de as duas unidades (etno)linguísticas se afastarem do grupo linguístico tsonga (isto é, o *continuum* xitswa/xichangana/xironga), deve ser a condição que levou à sua

integração num mesmo grupo, uma vez que tanto na estrutura das línguas como em aspectos sócio-culturais apresentam consideráveis diferenças entre si. Assim, apesar de os estudiosos reconhecerem à proximidade classificatória entre gitonga e cicopi, como é, por exemplo, o caso de Guthrie (1967-71), supor um *continuum* linguístico parece problemático, contrariamente ao caso de xitswa, xichangana e xironga. Portanto, a proximidade classificatória entre gitonga e cicopi, ou seja, o ordenamento linguístico daí decorrente, é uma mera conjectura iniciada pelos estudiosos, que foi sendo amplamente adoptada.

TABELA 1 - Correspondências das unidades linguísticas do sul de Moçambique²²

Estudos Seminais ²³	GUTHRIE (1967-71)	Atlas de Moçambique (1960) ²⁴	Mondlane (1967) ²⁵	RGPH- (1997) ²⁶	NELIMO (1989)	SITOE & NGUNGA (2000)	RGPH (2017) ²⁷	Região onde se fala
Tswa/Xitswa	Tswa	Tswa		Tswa	Xitshwa	Citshwa	Xitshwa	Inhambane
Guamba, Shigwamba	Gwamba			-	-	-		Transvaal
Shangaan, Thonga, Tsonga	Tsonga	Thonga (Tsonga, Bila, Djonga, Thonga, Hlanganou)	Tsonga-Vatswa-Ronga	Tsonga	Xitsonga/Xichangana	Xichangana	Xichangana	Gaza, Maputo
Sironga/Ronga	Ronga	Ronga		Ronga	Xironga	Xirhonga	Xirhonga	Maputo
Lenge, Xilenge, Kilenge, Valenge, Tjopi								Gaza
Tchopi, Chopi, Choipe, Tjopi	Copi (Lenge)	Xope		Chope	Txitxopi/Cicopi	Cicopi	Chichopi	Inhambane, Gaza
Gitonga	Tonga (Shengwe)	Tonga		Bitonga	Gitonga	Gitonga	Bitonga	Inhambane

De facto, as designações até podem sofrer alterações, mas as categorias permanecem intactas e o caso do *continuum* linguístico tsonga é paradigmático. Este *continuum* tem sido visto como tripartido (xironga, xitsonga/xichangana e xitswa). Por que razão o *continuum* é repartido exactamente em três sub-categorias (e não em duas, cinco, sete, ou oito, por exemplo)? As três categorias são construções já “fixadas”, que derivam do trabalho de H. Junod e seus pares (os “missionários-linguistas”), sob a influência de ferramentas epistemológicas e

interesses conjunturais que guiavam o seu trabalho. Tão fixas que o seu efeito perdura na actualidade. Por exemplo, quando se toma em atenção actividades nacionais realizadas em diferentes sectores, nota-se um ordenamento linguístico que é reflexo de categorias linguísticas concebidas inicialmente pelos “missionários-linguistas”, caracterizado pela emergência no sul de Moçambique de cinco unidades linguísticas, nomeadamente, xironga, xichangana, xitswa, cicopi, gitonga. Como evidência, tenha-se em conta as emissões

radiofónicas da RM. Que línguas são usadas? Considere-se o ensino bilingue. Que línguas são previstas? Consulte-se os relatórios dos seminários sobre a padronização das ortografias? Que línguas são consideradas? Veja-se os relatórios dos censos populacionais. Que línguas são incluídas? As bíblias, em que línguas estão traduzidas? Quando os cidadãos do sul de Moçambique se identificam, a que grupos etnolinguísticos se associam? Para todas estas questões a resposta é: xironga, xichangana, xitswa, cicopi, ou gitonga. Isso se nota também no trabalho dos linguistas. Um exemplo disso é a organização do trabalho durante os seminários de padronização das ortografias das línguas moçambicanas, em que inicialmente, em 1988, se postulou um grupo que integrava xitswa, xichangana e xironga e outro composto por cicopi e gitonga. Houve uma necessidade de reformulação dos grupos, face às discrepâncias entre a visão dos utentes, conforme opinião dos seus representantes no seminário, e os pressupostos dos estudiosos. Por causa disso, ultimamente, nos seminários recentes, há uma individualização destas línguas, embora se continue a se assumir as mesmas unidades linguísticas, as mesmas categorias, o mesmo ordenamento linguístico, ou seja, xironga, xichangana, xitswa, cicopi e gitonga.

De certa forma, o ordenamento territorial também é um reflexo da caracterização tripartida do grupo tsonga. Com efeito, por que razão a região sul é composta precisamente por três províncias (e não 4 ou 5, por exemplo?) com um traçado territorial bastante irregular? Parece lógico assumir que será uma consequência de se fazer um acompanhamento ao complexo etnolinguístico tripartido construído pelos estudiosos, já que, nas três províncias, há uma maioritariamente ronga (Maputo), outra maioritariamente changana (Gaza) e ainda outra maioritariamente tswa (Inhambane).

Etnicidade e a construção da nação-estado em Moçambique

O nacionalismo moçambicano assume uma dimensão decisiva com a acção da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), criada em 1962, que organiza uma insurreição armada contra a colonização portuguesa. Em 1975, Moçambique obtém a sua independência, sob a liderança da FRELIMO. Desde a sua criação, a unidade nacional, significando a coexistência e entendimento dos diferentes elementos pertencentes a diferentes grupos étnicos, regionais e raciais, foi considerada um imperativo para a conquista da vitória sobre o colonialismo. De facto, a própria constituição da FRELIMO foi uma representação deste imperativo, como é testemunhado pelo epíteto que é associado ao primeiro líder do movimento, Eduardo Mondlane: “arquitecto da unidade nacional”. Apesar de o movimento incluir elementos que se distinguiam também pela raça, idade, género, etc., a referência à unidade nacional era basicamente o apelo a união de pessoas cujo perfil étnico-regional espelhava as categorias etnolinguísticas projectadas pelos estudos anteriormente referidos, em conjugação com as políticas coloniais de organização do território moçambicano e consequente estabelecimento da administração colonial. Por exemplo, a FRELIMO considerava que no seio da população moçambicana, só na base linguística, sem ter em conta os dialectos, poder-se-ia identificar os seguintes grupos etnolinguísticos ou tribais (MONDLANE, 1975, p. 74):

- i. Nyanja (nas margens oriental e sul do Lago Niassa);
- ii. Macua e seus dialectos (nas províncias de Moçambique, actual Nampula, e parte de Zambézia, Niassa e Cabo Delgado);
- iii. Yau, ou ajaua, (na maior parte da província de Niassa);

- iv. Maconde (na província de Cado Delgado);
- v. Sena (nas províncias de Zambézia, Manica e Sofala);
- vi. Ndau-Nyai-Shona (na província de Manica e Sofala);
- vii. Tsonga-Vatsua-Ronga (nas províncias de Gaza e Inhambane e na cidade de Lourenço Marques).

Como se pode notar, o grupo Tsonga-Vatsua-Ronga relaciona-se com o *continuum* linguístico xironga/xichangana/xitswa anteriormente referido, concebido na sequência do trabalho de ordenamento linguístico dos “missionários-linguistas”. Curiosamente, não há referência as outras duas línguas associadas à região sul, ou seja, cicopi e gitonga, o que é surpreendente dado o facto de se saber que Eduardo Mondlane, líder da FRELIMO, nascera e crescera na zona sul de Moçambique. Contudo, a não referência das duas línguas poderá ser o reflexo da predominância do *continuum* xironga/xichangana/xitswa. Assim, postula-se que o gitonga e cicopi, como línguas minoritárias, estariam na órbita deste *continuum*.

O facto de os grupos etnolinguísticos estarem referidos num documento orientador da FRELIMO, mostra que constituíam elementos de (des)classificação do outro, como atestam alguns conflitos documentados que ocorreram no seio do movimento (CHICHAVA, 2008; REIS e MUIUANE, 1975, p. 161-2). O conceito de unidade nacional foi um antídoto criado pela FRELIMO, como estratégia para enfrentar o colonialismo e criar a “nova sociedade” (MACAGNO, 2005; SUMICH, 2008), tendo como objectivo central eliminar clivagens internas, incluindo tensões étnicas. Assim, a ideia era que os integrantes da FRELIMO, “chegavam ao campo da FRELIMO em Nachingwea na Tanzânia como as Makondes, Makuas, Nyanjas, Manikas, Changanas, Ajauas,

Rongas ou Senas e partiam como moçambicanos”²⁸ (HARRIES, 1998, citando Samora Machel, então Presidente da FRELIMO, tradução para português do autor). Daí também a adopção do português como língua do movimento de libertação, em prenúncio do que ocorreria depois da independência de Moçambique, em que o português é elevado ao estatuto de língua oficial e símbolo da unidade nacional, superiorizando-se às demais línguas autóctones, conotadas com o “tribalismo”²⁹. Portanto, as várias unidades linguísticas da família bantu são recategorizadas num grande grupo, normalmente designado *línguas moçambicanas* (e quase nunca, *línguas étnicas*, apesar de, de facto, o serem), sob um superstrato linguístico representado pela língua portuguesa, que é projectada como uma categoria com uma dimensão supra-étnica. Portanto, para o projecto político de reconstrução nacional concebido pela FRELIMO já não interessava a atomização étnica promovida pelo proselitismo religioso dos missionários. O cidadão da nova nação-estado moçambicana, o *homem novo na nova sociedade* deveria comungar por valores que transcendiam afiliações étnico-regionais, linguisticamente representados pelo uso da língua portuguesa (MACAGNO, 2009, p. 20). Daí a sua reconstrução sócio-simbólica como símbolo de unidade nacional, um processo de reinvenção da língua, com raízes na luta armada, quando a língua portuguesa foi adoptada como língua do movimento, conforme anteriormente referido

Apesar da imaginação da unidade nacional, o percurso do país mostra que a diversidade etnolinguística também persiste e influi na configuração da sociedade moçambicana e no posicionamento dos moçambicanos no acesso pelos bens políticos, económicos, sociais, etc. De facto, actualmente, emergiram as categorizações étnico-regionais com influência na vida política (cf. FLORÊNCIO, 2002; POSSE, 2019). Na vida quotidiana, também se nota o efeito

de categorias étnico-regionais (CHICHAVA, 2008; MABONGO, 2015). Estas categorizações têm uma relação com o mapeamento etnolinguístico cuja gênese está no trabalho dos “linguistas-missionários” e, para o caso do sul de Moçambique, as categorias étnico-regionais derivam dos cinco grupos etnolinguísticos anteriormente identificados, isto é, xironga, xichangana, xitswa, cicopi e gitonga. Obviamente que não são as categorias em si que são fonte de tensões, mas a forma como elas são manipuladas na sociedade e intermedeiam as relações políticas, económicas, sociais, culturais que os cidadãos mantêm entre si.

O ordenamento social, como é evidente, ainda continua --- de facto, nenhum poder, se pode instituir sem a imposição de uma ordem ---, agora contando com a colaboração, para além de protagonistas ocidentais, de actores autóctones/nacionais, na sua pele de académicos, administradores, políticos, etc., com as mesmas armas (autoridade científica) e com os mesmos propósitos (proselitismo). Dão continuidade ao trabalho pioneiro dos estudiosos europeus, retrabalhando as categorias por estes postulados e dando-lhes mais substância na sua caracterização. Isto é, os estudiosos actuais quando estudam o gitonga, o xichangana, o xironga, etc., estão a recriar as categorizações feitas pelos seus predecessores, em conformidade com os pressupostos ideológico-científico prevaletes no tempo actual, cuja gênese também está no mundo ocidental (HALL e TANDON, 2017; SANTOS, 2010), nos quais os cientistas autóctones continuam a ser treinados e a considerar como padrão de referência.

CONCLUSÃO

A conquista e administração de territórios coloniais, na sequência da Conferência de Berlim, impôs necessidades de gestão, o que pressupôs o estabelecimento de uma certa ordem e conseqüente concepção de categorias para a apreensão da realidade dos

referidos espaços territoriais. Neste sentido, diversos actores coloniais (missionários, administradores, exploradores, aventureiros, etc.) procuraram apreender a realidade social dos territórios coloniais, projectando uma ordem social, através da qual se dava uma configuração às sociedades autóctones. Um exemplo disso é a ordem social criada com a definição de categorias (etno)linguísticas.

Esta comunicação reviu o processo de ordenamento etnolinguístico em Moçambique, mostrando o processo de (re)criação de categorias (etno)linguísticas, com especial incidência para a região sul do país. Partindo de abordagens pioneiras de missionários (por exemplo, Henri Berthoud, Henri Junod) e académicos (por exemplo, Wilhelm Bleek, Carl Meinhof, Malcom Guthrie), ou apelando a trabalhos recentes de estudiosos nacionais e a dados oficiais, foram apresentados elementos que revelam o percurso histórico da nomeação e mapeamento das línguas autóctones, comumente reconhecidas no país. Este percurso começou pela caracterização e classificação inicial feita pelos primeiros colonizadores europeus, principalmente os missionários, que identificaram línguas para uso no processo de evangelização. Com a ocupação colonial e sofisticação do instrumentário epistemológico, a que se associa o proselitismo religioso, intensificasse o trabalho de tratamento linguístico e de nomeação, de que resultam representações linguísticas, correlacionadas com a construção de categorias etnolinguísticas. Estas categorias etnolinguísticas são plásticas e vão sendo recriadas em diferentes momentos históricos, desde o tempo colonial até aos tempos actuais, mas sempre com pontos de convergência, em relação ao período precursor. Portanto, a comunicação procurou mostrar que a (re)criação de categorias (etno)linguísticas, que se cristalizam e afectam a organização social no período pós-colonial, é um reflexo de perspectivas exógenas (eurocêntricas), ideologicamente determinadas, impostas

com um cunho de cientificidade. Como argumento final, a comunicação propôs que ainda ocorre um processo de reificação das categorias (etno)linguísticas originais, agora, mesmo com o envolvimento de cientistas autóctones, com repercussões no posicionamento social dos cidadãos, na inclusão/exclusão social e, em última instância, na definição de políticas de participação do cidadão na edificação da nação-estado em Moçambique.

REFERÊNCIAS

- BALACÓ, A. D. **Macua: Apontamentos para o estudo da língua**. Lisboa: Imprensa Lucas, 1996.
- BERTHOUD, H. **Shangaan Grammar: From the manuscript of H. Berthoud of the Swiss Mission**. Lausanne: Georges Bridel & Cie, 1908.
- BERTHOUD, P. **Elements de grammaire Ronga**. Lausanne: Imprimeries Reunies, 1920.
- CHIMBUTANE, F. **Panorama linguístico de Moçambique: análise dos dados do III recenseamento geral da população e habitação de 2007**. Maputo: Instituto Nacional de Estatística. 2012.
- CHICHAVA, S. **Por uma leitura sócio-histórica da etnicidade em Moçambique**. Maputo: IESE, 2008.
- COLE, D. T. African Linguistic Studies, 1943-1960. **African Studies**. Johannesburg, v. 19, n.4, p. 219-229, 1960.
- COURTOIS, V. J. **Elementos de grammatica tetense: lingua chi-nyungue: idioma fallado no districto de Tete e em toda a vasta região do Zambeze inferior**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1900.
- DOKE, C. M. Early Bantu literature: The age of Brusciotto. In: Herbert, R. K. **The Foundations in Southern African Linguistics**. Johannesburg: Witwatersrand University Press, p.109-127, 1993.
- DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE AGRIMENSURA. **Atlas de Moçambique**. Lourenço Marques: Empresa Moderna, 1960. Disponível em: <https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2012/09/grupos-lingu%C3%ADsticos-de-mo%C3%A7ambique.html>. Acesso em 07 Março 2021.
- DOKE, C. M. The growth of comparative Bantu philology. In: HERBERT, R. K. (ed.). **Foundations in Southern African Linguistics**. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1993. p. 71-96.
- EARTHY, E. D. Some agricultural rites practised by the Valenge and Vachopi (Portuguese East Africa). **Bantu Studies**. Johannesburg, v. 2, n.1, p. 265-267, 1923.
- EARTHY, E. D. Sundry notes on the Vandau of Sofala. **Bantu Studies**. Johannesburg, v. 4, n. 1, p. 95-107, 1930.
- EARTHY, E. D. Note on the "totemism" of the Vandau. **Bantu Studies**. Johannesburg, v.5, n.1, pp. 77-79, 1931.
- EARTHY, E. D. An analysis of folktales of the lenge, Portuguese East Africa. **Ethnos: Journal of Anthropology**. London, v. 18, n. 1-2, p. 73-85, 1953.
- ERRINGTON, J. Colonial linguistics. **Annual Review of Anthropology**. Palo Alto, v.30, p.19-39, 2001.
- ERRINGTON, J. **Linguistics in a colonial world: A story of language, meaning, and power**. Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2007.
- FIRMINO, G. **Situação linguística de Moçambique**. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, 2000.
- FIRMINO, G. **A "questão linguística" na África pós-colonial: o caso do português e das línguas autóctones em Moçambique**. Maputo: Promédia, 2002.
- FLORENCIO, F. **Identidade étnica e práticas políticas entre os vNdau de Moçambique**. Lisboa: Cadernos de Estudos Africanos. 2, pp. 39-63, 2002.
- FORTIN, M. **Fundamentos e etapas do processo de investigação**. Loures:

- Lusodidacta, 2009.
- GEERTZ, C. The integrative revolution: primordial sentiments and civil politics in the new states. In: GEERTZ, C. (ed). **The interpretation of cultures**. New York: Basic Books, 1973. p. 255–310.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.
- GILMOUR, R. **Grammars of colonialism. Representing languages in colonial South Africa**. New York: Palgrave-Macmillan, 2006.
- GREENBERG, J. **The languages of Africa**. Bloomington: Indiana University Press, 1966.
- GRIMES, B. **Ethnologue: the languages of the world**. Dallas, Texas: SIL, 1996.
- GUTHRIE, M. **Comparative Bantu: An introduction to the comparative linguistics and prehistory of the Bantu languages**. Hants: Gregg International Publishers, 1967-71.
- HALL, B. L.; TANDON, R. Decolonization of knowledge, epistemicide, participatory research and higher education. **Research for All**. Bristol, v. 1, n. 1, p. 6-19, 2017. Doi 10.18546/rfa.01.1.02.
- HARRIES, L. An outline of Mawih grammar. **Bantu Studies**. Johannesburg, v. XIV, p. 91-146, 1940.
- HARRIES, P. The roots of ethnicity: Discourse and the politics of language construction in South-East Africa. **African Affairs**, Oxford, v. 87, n. 346, p. 25-52, January 1988.
- HARRIES, P. **Junod e as sociedades africanas: Impacto dos missionários suíços na África Austral**. Maputo: Edições Paulinas, 2007.
- HASHA, P. Bantu studies: The French in East Africa. **Cahiers d'Etudes Africaines**. Paris, v. 25, n. 98, p. 259-262, 1985.
- HEINE, B.; NURSE, D. Introduction. In: HEINE, B.; NURSE, D (ed.). **African Languages: An introduction**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, p. 1-10.
- HERBERT, R. K. (ed.). **Foundations in southern African linguistics**. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1993.
- HETHERWICK, A. **Handbook of the Yao language**. London: Society for Promoting Christian Knowledge, 1902.
- INE (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA). **IV Recenseamento geral da população-2017**. Maputo: INE, 2019. Disponível em: <<http://www.ine.gov.mz/iv-rgph-2017>>. Acesso em: 07 Março 2021.
- IRVINE, J. Subjected words: African linguistics and the colonial encounter. **Language and Communication**. Kidlington, v.28, p.323–324, 2008.
- JAQUES, A. A. Shangana-Tsonga ideophones and their tones. **Bantu Studies**. Johannesburg, v.15, n.1, p. 205-244, 1941.
- JESUS, M. d. **Dicionário Português-Nyanja pelos Missionários da Companhia de Jesus**. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1963.
- JUNOD, H. A. **Bukhaneli bya sironga: grammar of the ronga language**. Lausanne: Georges Bridel & Cie, 1903.
- JUNOD, H. A. **Elementary grammar of the Thonga-Shangaan language**. Shiluvane: Swiss Mission, 1907.
- JUNOD, H. A. **Vulavuri bya sithonga (Grammaire thonga en thonga)**. Lausanne: Imprimeries Réunies, 1929.
- JUNOD, H. A. **Usos e costumes dos Bantu**. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1996.
- JUNOD, H. P. **Grammaire Ronga suivie d'un manuel de conversation et d'un vocabulaire**. Lausanne: Georges Bridel & Cie, 1896.

- JUNOD, H. P. Some Notes on Tjopi origins. **Bantu Studies**. Johannesburg, v. 3, n.1, p. 57-71, 1927.
- JUNOD, H. P. **Elements de grammaire Tchopi (m'chopes)**. Lisboa: Carmona, 1931
- JUNOD, H. P. Notes on the ethnological situation in Portuguese East Africa on the south of the Zambesi. **Bantu Studies**. Johannesburg, v. 10, n. 1, p. 293-311, 1936.
- KAMTEDZA, J. D. **Elementos de gramática Cinyanja**. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1964.
- LANHAM, L. W. **A study of Gitonga of Inhambane**. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1955.
- LYNCH, G. Ethnicity in Africa. In: _____ **Oxford Research Encyclopedia of African History**. Oxford: Oxford University Press, 2018.
- MABONGO, A. W. **Diversidade étnica e exclusão social no processo da consolidação da unidade nacional: O caso dos vendedores e vendedoras informais do mercado de Estrela Vermelha - cidade de Maputo**. 2015. 153f. Dissertação (Mestrado em Relações Interculturais). Curso de Pós-Graduação em Relações Interculturais, Universidade Aberta, Lisboa, 2015.
- MACAGNO, L. Lendo Marx "pela segunda vez": Experiência colonial e a construção da nação em Moçambique. In: **IV COLÓQUIO MARX E ENGELS**, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas: UNICAMP, 8 a 11 de novembro de 2005. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/cemarx/AN AIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%e7%f5es/GT4/gt4m1c2.PDF>>. Acesso em: 7 Março 2020.
- MACAGNO, L. Fragmentos de uma imaginação nacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. S. Paulo, v. 24, n. 18, p. 17-35, 2009.
- MAHO, J. The Bantu area: (towards) clearing the mess. **Africa & Asia**. Göteborg, v. 1, p. 40-49, 2001.
- MAKONI, S. e PENNYCOOK, A. Disinventing and reconstituting languages. In: MAKONI, S. e PENNYCOOK, A (ed). **Disinventing and reconstituting languages**. Clevedon: Multilingual Matters, 2007, p. 1-41.
- MALYN, N. **A short history of Mozambique**. Johannesburg/Cape Town: Jonathan Ball Publishers, 2018.
- MAPLES, C. **Collections for a handbook of the Makua language**. London: Society for Promoting Christian Knowledge, 1879.
- MARTINS, M. d. **Elementos da língua Nyungwe: Tete, Moçambique: Gramática e dicionário (Nyngwe-Português-Nyungwe)**. Roma: Missionários Combonianos, 1991.
- MAUGHAM, R. C. **Studies in the chi-Makua language**. Zanzibar: Universities' Mission Print, 1909.
- MISSIONÁRIOS DA COMPANHIA DE JESUS. **Elementos de gramática Cinyanja**. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1964.
- MONDLANE, E. Tribos ou grupos étnicos moçambicanos. In: J. REIS, J.; MUIUANE, A. P. (ed.). **Datas e documentos da história da FRELIMO**. Maputo: Imprensa Nacional, 1975. p. 73-79.
- MOREIRA, A. **Practical grammatical notes of the Sena language**. Vienna: St. Gabriel-Modling, Anthropos, 1924.
- MOUNIN, Georges. **História da linguística: das origens ao século XX**. Porto: Despertar, 1970.
- MUDIMBE, V. Y. **The invention of Africa: Gnosis, philosophy, and the order of knowledge**. Bloomington: Indiana University Press, 1988.
- NELIMO (NÚCLEO DE ESTUDO DE LÍNGUAS MOÇAMBICANAS). **I Seminário sobre a padronização da**

- ortografia de línguas moçambicanas.** Maputo: Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação/Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras, NELIMO, 1989.
- NGUNGA, A.; FAQUIR, O. G. **Padronização da ortografia de línguas moçambicanas:** Relatório do III Seminário. Maputo: Centro de Estudos Africanos/UEM, 2012.
- NOGUEIRA, R. d. **Da importância do estudo científico das línguas africanas.** Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, Ministério do Ultramar, 1958.
- PERSSON, J. A. **English-Tswa dictionary.** Cleveland (Transvaal, South Africa): Inhambane Mission Press, 1928.
- PERSSON, J. A. **Outline of a Tswa grammar with practical exercises.** Cleveland (Transvaal, South Africa): Inhambane Mission Press, 1932.
- POSSE, L. Identidades étnicas e governação municipal: algumas notas para reflexão a partir do caso da Beira. In: CHICHAVA, S. **Desafios para Moçambique: Dez anos pensando no país.** Maputo: IESE, Maputo, 2019, p. 111-128.
- PRATA, A. P. **Gramática da língua macua.** Cucujães: Sociedade Missionária Portuguesa, 1960.
- QUINTÃO, J. L. **Dicionários Xironga-Português e Português-Xironga.** Lisboa: Agência-Geral da Colônias, 1951.
- REIS, J.; MUIUANE, A. P. (ed.). **Datas e documentos da história da FRELIMO.** Maputo: Imprensa Nacional, 1975.
- RIBEIRO, A. **Gramática Changana.** Caniçado, Gaza: Evangelizar, 1965.
- RITA-FERREIRA, A. **Agrupamento e caracterização étnica dos indígenas de Moçambique.** Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1958.
- RITA-FERREIRA, A. Mozambique ethnic characterization and grouping. **South African Journal of Science.** Pretoria, v. 55, n. 8, p. 201-204, 1959.
- RITA-FERREIRA, A. The ethno-history and the ethnic grouping of the peoples of Moçambique. **Africa Insight.** Pretoria, v. 3, n. 1, p. 56-76, 1973.
- RITA-FERREIRA, A. **Povos de Moçambique.** Porto: Afrontamento, 1975.
- SAID, E. W. **Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente.** São Paulo : Companhia das Letras, 1990.
- SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SANTOS, B. S. e; MENESES, M. P. (ed.), **Epistemologias do sul.** São Paulo: Cortez, 2010, p. 31-83.
- SANTOS, L. F. **Gramática da língua Chope.** Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1941.
- SEVERO, C. G. A invenção colonial das línguas da América. **Alfa.** São Paulo, v. 60, n. 1, p. 11-28, 2016.
- SITOE, B.; NGUNGA, A. **Padronização da ortografia de línguas moçambicanas:** relatório do II seminário. Maputo: NELIMO, 2000.
- SMYTH, W. E. **A vocabulary with a short grammar of Xilenge, the language of the people commonly called Chopi, spoken on the east coast of Africa between the Limpopo river and Inhambane.** London: Society for Promoting Christian Knowledge, 1902.
- SMYTH, W. E. **Vocabulary of the Gitonga language.** London: Society for Promoting Christian Knowledge, 1913.
- SUMICH, J. Construir uma nação: Ideologias de modernidade da elite moçambicana. **Análise Social.** Lisboa, v. XLIII, n. 2, p. 319-345, 2008.
- TORREND, J. **Grammatica do Chisena: a grammar of the language of the lower Zambezi.** Chipanga, Zambézia: Typ. da

Missão de Chipanga, via Chinde, Zambézia, 1900.

WARMELO, N. J. van. Das Gitonga. **Zeitschrift für eingenborenen-sprachen**. Hamburg, v. 22, p. 16-46, 1931.

MOHL, A. von der. Praktische grammatik der Bantu-sprach von Tete: einem dialeky des Unter-Sambesi mit varianten der Sena-sprache. **Mitteilungen des Seminar für Orientalische Sprachen an der**

Friedrich-Wilhelms-Universität zu Berlin. Berlin, v. 7, n.3, p. 32-85, 1904.

VITALI, E. The role of language and the significance of primordialism in nationalistic rhetoric. **Colloquium: New Philologies**. Klagenfurt, Áustria, v.4, p. 149-190, 2019.

WOODWARD, H. W. An Outline of Makua grammar. **Bantu studies**. Johannesburg, v. 2, n.1, p. 269-325, 1923.

¹ “[...] the study of languages and the pursuit of language classification were part and parcel of attempts to ‘make sense’ of Africa, by mapping homogeneous categories onto what appeared to Westerners to be confusingly heterogeneous African realities]”

² “A central problem for Grierson, as with many other linguists, was to decide on the boundaries between languages and dialects. Dialects tended to be considered spoken forms, while languages were accorded their special status according to other criteria such as regional similarities, family trees or literary forms. One of the problems with this, however, was that while people had terms for their dialects – or at least terms for other people’s dialects (their own being considered the way one speaks) – they did not have terms for these larger constructions, ‘languages’”

³ “By the third quarter of the XVIIth century, work had begun on the vernaculars of the lower Zambezi, where the Portuguese had for a considerable period established themselves. Portuguese settlement at Sena and Tette on the river, [...] demanded the presence of priests for their ministrations, and, of necessity, they turned their attention to the Bantu languages there”

⁴ Ao longo do texto, as designações das línguas seguirão a forma usada na fonte utilizada em cada caso.

⁵ “[...] the inhabitants of Southern Africa may be divided into two principal races viz. The Hottentots and the Kaffirs”.

⁶ “[...] all linguistic types of the South African aborigines must be classified as dialects of either one or the other of these two principal classes”

⁷ Portanto, a palavra bantu é uma reconstrução do protobantu, com o significado de povo ou gente. A palavra é formada a partir do radical *-ntu* referindo-se a um ser humano e o prefixo *ba-* para indicar o plural, comum a muitas das línguas bantas. A maioria das línguas bantu têm um equivalente ao radical *-ntu*, que pode levar como prefixos, o

equivalente a *mu-* ou *ba-*, dando, por exemplo, palavras como *muthu/vathu* (‘pessoa, pessoas’, em Gitonga), ou *munu/vanu* (‘pessoa, pessoas’, em Xichangana).

⁸ Na classificação de M. Guthrie, cada zona é identificada por uma letra do alfabeto. O grupo linguístico e as línguas são identificados por números que incluem as letras das suas zonas.

⁹ Nenhuma das línguas/ variedades que M. Guthrie inclui neste grupo é falada em Moçambique. No entanto, existem variedades no país que têm sido relacionadas com o Swahili, tais como o Mwani.

¹⁰ Apresentada como sendo falada na Tanzânia.

¹¹ Apresentada como sendo falada na Zâmbia.

¹² Apresentada como sendo falada na Rodésia – actual Zimbabwe.

¹³ “Any update of Guthrie’s classification is bound to remain a half-done job. There are so many regions in the Bantu area where data is still lacking for proper statements about linguistic demography, that any linguistic-genetically validating revision, like those of Tervuren and SIL, or any referential update, as that proposed here, will most certainly be revised or updated again in the future”.

¹⁴ Claro que os efeitos da acção missionária foram mais complexos, incluindo a subversão da própria ordem colonial.

¹⁵ As designações das diferentes unidades linguísticas em Moçambique variam consoante as fontes. O artigo seguirá as fontes consultadas. Nos casos em que não se cita nenhuma fonte, procurar-se-á usar a designação e ortografia propostas pelos seminários de padronização das ortografias das línguas moçambicanas.

¹⁶ “[...] the majority of the following ideophones were collected at the Lemana Training Institution by the Tsonga Third Year Students of 1939. The basis of this work is thus due to the collective effort of young Native men and women who, for the first

time, discovered with interest and surprise something of the richness of their own language”.

¹⁷ Sublinhado do autor.

¹⁸ “The Spelonken population was composed of refugees or immigrants drawn to the area from throughout southern Mozambique. Gwamba thus provided a vehicular language for people whose linguistic differences reflected their origins in, as Henri Berthoud remarked, all parts of Gaza and the south'. He described Gwamba as 'a fruit-salad of Hlengwe, of Djonga, of Boer, of English, of Nwaloungou, of Hlavi, of Venda, of Sotho'. Many of the forms of speech current amongst the refugees in the Spelonken were barely mutually comprehensible”

¹⁹ “[...] the **buku**, was a powerful instrument of evangelization. People were impressed by reading as a means of communication, particularly when this was in an idiom with which they had some familiarity. Bible readings immediately resulted in conversions to Christianity. As the only example of vernacular literature, the **buku** was in great demand by people who had acquired, and wished to maintain, a modicum of literacy]”

²⁰ É referida, a partir de uma narração de H. Junod, a forma como a escrita na forma codificada do Tsonga passa a influenciar o decurso das interações sociais:

“One day one of my neighbours was arranging to start Bilene to 'follow his goods;' he came and requested me to give him a letter 'What for? Your debtors do not know how to read and I do not know anything about your affairs'. 'It does not matter', said he. 'The important point is that I should have a paper in my hand. They will be afraid. They will think that I come from the White people with their authority. . . ' I believe the sight of the mysterious paper was not without influence in the transactions that ended in the recovery of his property”. (in HARRIES 1988, p. 45).

²¹ “I do not think it possible nor desirable to proceed with a single book i. e. that of shigwamba. The two dialects are so essentially different that I am of the opinion that our mission in the Ronga country will not be able to develop in a normal manner until it possesses its own books, books in shi-ronga”.

²² A tabela inclui as línguas reconhecidas por cada uma das fontes como sendo faladas em Moçambique. De entre as várias fontes consultadas, foram escolhidas algumas consideradas representativas e para se evitar repetições desnecessárias.

²³ Trata-se de uma menção, não exaustiva, de trabalhos a que o autor do artigo teve acesso.

²⁴ cf. DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE AGRIMENSURA. *Atlas de Moçambique*. Lourenço Marques: Empresa Moderna, 1960. Disponível em: <https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2012/09/grupos-lingu%C3%ADsticos-de-mo%C3%A7ambique.html>. Acesso em 07 Março 2021.

²⁵ A fonte de informação é um texto de Eduardo Mondlane cuja referência é: MONDLANE, E. Tribos ou grupos étnicos moçambicanos. In: J. REIS, J. e; MUIUANE, A. P. (ed.), *Datas e documentos da história da FRELIMO*. Maputo: Imprensa Nacional, 1975. p. 73-79.

²⁶ Refere-se aos dados do Recenseamento Geral da População e Habitação de 1997. A fonte é: FIRMINO, Gregório. *Situação linguística de Moçambique*. Maputo. Instituto Nacional de Estatística, 2000.

²⁷ Refere-se aos dados contidos no Recenseamento Geral da População e Habitação de 2017. A fonte é: INE (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA). *IV Recenseamento geral da população-2017*. Maputo: INE, 2019. Disponível em: < <http://www.ine.gov.mz/iv-rgph-2017>>. Acesso em: 07 Março 2021.

²⁸ “[...] arrived at the Frelimo camp at Nachingwea in Tanzania as Makondes, Makuas, Nyanjas, Manikas, Shangaans, Ajauas, Rongas or Senas, and left as Mozambicans”.

²⁹ De facto, a Constituição de 1975, a primeira que vigorou no país, não se refere à questão das línguas. A oficialização do português ficou inicialmente consagrada apenas na Constituição de 1990, (Título I, capítulo I, artigo 5. 1), para além de declarar que o estado moçambicano valorizava as línguas nacionais como património cultural. A constituição aprovada em 2004, actualmente em vigor, reiterou a posição da língua portuguesa como língua oficial da República de Moçambique (cf. Artigo 10 da Constituição da República de Moçambique de 2004), ao mesmo tempo que no seu artigo 9 indica que “o Estado valoriza as línguas nacionais como património cultural e educacional e promove o seu desenvolvimento e utilização crescente como línguas veiculares da nossa identidade cultural”.